



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003842-63.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Inscrição / Documentação**
 Impetrante: **Sueli Santana da Silva**
 Impetrado: **Diretor Presidente da Prohab São Carlos e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **SUELI SANTINA DA SILVA**, com pedido liminar, contra ato exarado pelo **Diretor Presidente da PROHAB de São Carlos e Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Carlos**, para lhe assegurar a aquisição de uma unidade habitacional no Empreendimento "Conjunto Residencial Eduardo Abdelnur", pelo programa denominado "Minha Casa Minha Vida", tendo em vista que foi inabilitada, sob o fundamento de que, naquela época (dezembro de 2015), tinha uma renda familiar, mensal, acima do teto do programa (R\$1.600,00). Aduz que, em referida data, a renda familiar era composta pelo benefício que recebe a filha deficiente visual, no valor de um salário mínimo e pelo seguro desemprego que estava recebendo, mas que terminou de receber o seguro desemprego, está desempregada e mora com a filha no porão de uma casa, cedido por uma família.

Pela decisão de fls. 19/20 foi indeferida a liminar.

O Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Carlos prestou informações às fls. 37/41, alegando, preliminarmente, ilegitimidade de parte, uma vez que todos os atos vinculados na participação do Programa Minha Casa Minha Vida são de competência exclusiva da PROHAB. No mérito, afirma inexistir direito líquido e certo.

Intimado (fls. 34), o diretor da PROHAB não apresentou informações (fls.52).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fls. 51).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Primeiramente, nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei 12.016/2009 admito o ingresso ao feito, do Município de São Carlos, como assistente litisconsorcial. Anote-se.

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva alegada pelo Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, tendo em vista que a Portaria 593/2013¹ prevê que compete ao Município "A apresentação da relação dos candidatos à instituição financeira ou agente financeiro contratante da operação". Além disto, o programa minha casa minha vida, instituído pela Lei 11.977/2009, estabeleceu parceria entre a União e o município, para sua implementação, responsabilizando-se o município pela seleção dos beneficiários finais, o que somente corrobora a admissibilidade da autoridade municipal no polo passivo da presente ação.

No mais, a situação enfocada nestes autos não permite seja concedida a segurança pleiteada.

O procedimento de seleção para beneficiados do Programa “Minha Casa Minha Vida” visa a apurar quem de fato aufere necessidade de contemplação. Ou seja, é requisito essencial nesse processo que o beneficiado apresente, efetivamente, renda adequada aos moldes do programa, sempre visando abranger quem apresente maior carência e necessidade.

Ocorre que, pela análise dos autos, a desclassificação da impetrante do referido programa se deu em razão de sua renda familiar, no momento da análise, perfazer quantia superior a R\$1.600,00, critério objeto e requisito necessário para inscrição no "Programa Minha Casa Minha Vida".

¹ Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, não há como atender a pretensão inicial, pois não se vislumbra violação a direito líquido e certo, não havendo ilegalidade administrativa a ser reparada.

Ante o exposto, **DENEGO** a segurança pleiteada, resolvendo ao presente feito pelo seu mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Oficiem-se às autoridades coatoras comunicando o teor desta decisão.

P. R. I. C.

São Carlos, 08 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**